



**DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO E INTENDÊNCIA**

**CARTA-CONVITE N.º 02/2019**

**PROCESSO DE COMPRA N.º 59/2019**

**OBJETO**

Contratação de empresa de arquitetura/engenharia para fornecimento de materiais e execução de serviço de engenharia para implantação do Projeto de Prevenção e Combate Incêndio e Pânico dos Galpões do CMI, CEDEC, CTS e Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais, conforme especificações, condições comerciais e demais informações descritas no projeto básico e na planilha de quantitativos e preços unitários, constantes dos Anexos I a III deste instrumento convocatório.

**TIPO**

**MENOR PREÇO**

**REGIME DE EXECUÇÃO**

Empreitada por Preço Global

**DATA/HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA**

**20 /11 /2019, às 09h00min**

**MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)**

Marcelo Francisco de Abreu,	Cap PM - PRESIDENTE
Sergio Bernardino de Sena,	Sub Ten PM - MEMBRO
Thiago Luiz Teixeira,	2º Sgt PM - SECRETÁRIO

**Belo Horizonte, 08 de novembro de 2019.**

CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO E INTENDÊNCIA  
Av. Amazonas, 6.755, B: Gameleira, Belo Horizonte/MG - CEP 30.510-000 Telefone: (31) 2123-1039 / 54  
Seção de Licitações & Contratos- e-mail: [cmi-licitacao@pmmg.mg.gov.br](mailto:cmi-licitacao@pmmg.mg.gov.br)

## CARTA-CONVITE N.º 02/2019

Processo:1250072 – 59 /2019

### ÍNDICE

1	PREÂMBULO	3
2	OBJETO	3
3	DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
4	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	4
5	DA ENTREGA DOS ENVELOPES	4
6	DO CREDENCIAMENTO	5
7	DA VISITA TÉCNICA	6
8	DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO	6
9	DA PROPOSTA DE PREÇOS	9
10	DA SESSÃO PÚBLICA	10
11	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTA	11
12	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	12
13	DO CONTRATO	13
14	DA RESCISÃO DO CONTRATO	14
15	DOS RISCOS DA CONTRATADA	14
16	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	14
17	NORMAS AMBIENTAIS	14
18	DO PAGAMENTO	14
19	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	15
20	DA INTERPRETAÇÃO DO EDITAL	13
21	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA		19
ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO		20
ANEXO III – PLANILHA DE SERVIÇOS E MATERIAIS		21
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO		22
ANEXO V – PROPOSTA COMERCIAL		30
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENORES (FACE AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)		31
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS		32
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA		33
ANEXO IX – MODELO DE CREDENCIAMENTO		34

## NORMAS DA LICITAÇÃO

### CARTA-CONVITE N.º 02/2019

#### 1 – PREÂMBULO

**1.1** O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, representada pelo Centro de Motomecanização e Intendência (CMI), localizado na Avenida Amazonas, n.º 6.745, Bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG, realizará a licitação na modalidade CONVITE, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço global, em sessão pública na Sala de Reuniões do CSC-PM, destinado a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme descrição constante dos Anexos I a III desta carta-convite.

**1.2** Esta Carta-Convite será regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Estadual n.º 13.994, de 18 de setembro de 2001; pela Lei Estadual n.º 20.826, de 31 de julho de 2013; pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018; pelo Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 47.524, de 6 de novembro de 2018, pela Resolução SEPLAG n.º 58, de 30 de novembro de 2007; pela Resolução da SEPLAG nº 93 de 28 de novembro de 2018 e demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente instrumento convocatório.

**1.3** O edital de licitação encontra-se à disposição dos interessados nos sites: [www.policiamilitar.mg.gov.br](http://www.policiamilitar.mg.gov.br), link “Licitações” e [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) em processo de compras/consulta processo de compras, código 1250072, Proc. compras 46/2019. Os interessados poderão, ainda, retirar ou consultar o Edital de licitação na Seção de Licitações e Contratos do CSC-PM, sito no Complexo da Gameleira (Av. Amazonas, n.º 6.455, no município de Belo Horizonte/MG), de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:30 horas, e às quartas-feiras, no horário de 08:30 às 12:30 horas, até o dia anterior a abertura do processo licitatório. O presente instrumento convocatório poderá, também, ser adquirido mediante o depósito, por intermédio do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), da importância não reembolsável de R\$ 10,00 (dez) reais.

**1.4** A Sessão de Abertura dos Envelopes contendo a documentação de habilitação será realizada às **09:00 horas do dia 20 de novembro de 2.019.**

#### 2 – OBJETO

**2.1** É objeto da presente licitação a Contratação de empresa de arquitetura/engenharia para fornecimento de materiais e execução de serviço de engenharia para implantação do Projeto de Prevenção e Combate Incêndio e Pânico dos Galpões do CMI, CEDEC, CTS e Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais, conforme especificações, condições comerciais e demais informações descritas no projeto básico e na planilha de quantitativos e preços unitários, constantes dos Anexos I a III deste instrumento convocatório.

### **3. DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1** O valor máximo aceito para execução do serviço, objeto desta licitação, é de **R\$ 133.229,65 (cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos).**

**3.2** As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária nº: **1251.06.181.110.4271.0001.33903921, na fonte de recurso 10 e 60.1.**

### **4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, escolhidas e convidadas pelo CMI, cadastrados ou não.

**4.1.1** As empresas não convidadas, interessadas em participar da licitação, deverão manifestar interesse em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para entrega dos envelopes, entregue à Comissão Permanente de Licitação, fac-símile ou correio eletrônico, sob pena de desqualificação;

**4.1.2** O não cumprimento do horário marcado para o início deste certame, acarretará na perda de direito de participação nesta licitação.

**4.1.3** a realização de visita técnica, nos termos do Item 7 será considerada, para todos os efeitos, manifestação de interesse em participar da licitação.

**4.2** Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.

**4.3** A participação na presente licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente esta carta-convite e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve da PMMG informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso, e considera que o seu teor lhe permitiu preparar a proposta de preços de maneira completa e totalmente satisfatória.

**4.3.1** A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas nesta carta-convite.

**4.4** A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

### **5 - ENTREGA DOS ENVELOPES**

**5.1** Dos envelopes de “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS”.

**5.1.1** Os envelopes de “Documentação de Habilitação e Proposta de Preços” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues à **Comissão Permanente de Licitação (CPL)**, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

**LOCAL:** Sala de Reuniões do Centro de Serviços Compartilhados da Polícia Militar  
**ENDEREÇO:** Av. Amazonas, n.º 6.745, Bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG (entrada pelo 5º Batalhão de Polícia Militar).  
**DATA:** 20 /11 /2019  
**HORÁRIO:** Entrega dos envelopes de 08h30min até às 08h59min.  
**ABERTURA DO ENVELOPE N.º 01** às 09h00min.

Para todas as referências de tempo contidas nesta carta-convite, será considerado o horário de BRASÍLIA.

**5.1.2** Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO E INTENDÊNCIA da PMMG  
**CONVITE N.º 02/2019**  
**ENVELOPE N.º 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
PROPONENTE: \_\_\_\_\_

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO E INTENDÊNCIA da PMMG  
**CONVITE N.º 02/2019**  
**ENVELOPE N.º 2 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
PROPONENTE: \_\_\_\_\_

**5.2** A Polícia Militar de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Serviços Compartilhados, somente considerará os envelopes de “Documentação de Habilitação” e “Proposta de Preços” que forem entregues à CPL, no local, data e horário definido no item 5.1.1 deste Instrumento convocatório.

## **6 – CREDENCIAMENTO**

**6.1** Na sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e das propostas comerciais, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento, junto à CPL, devidamente munido de documento que o credencie a participar do presente procedimento licitatório e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

**6.2** O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para representação, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

**6.3** No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social, e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**6.4** O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo IX.

**6.5** A não apresentação do credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá a pessoa presente de se manifestar e responder em nome da empresa.

## **7 – VISITA TÉCNICA**

**7.1** A proponente **PODERÁ** proceder a visita aos locais onde serão executados os serviços.

**7.1.2** As visitas deverão acontecer até o último dia útil anterior à abertura das propostas, devendo ser agendadas na Seção de Motomecanização CMI, com o Ten Lage pelo telefone (31) 2123-1031, nos dias úteis, de 8h30min às 12h e de 13h às 17h, exceto às quartas-feiras que será de 8h30min às 13h.

**7.2** A visita técnica objetiva demonstrar que a licitante visitou e inspecionou o local dos serviços e obteve, por ela mesma e sob sua responsabilidade e risco, todas as informações julgadas necessárias, com o objetivo de preparar a proposta para a execução dos serviços;

**7.3** Alegações relacionadas com quaisquer desses fatos, em especial, desconhecimento com relação a infraestrutura existente, não serão consideradas como razão válida para reclamação após a adjudicação do serviço;

**7.4** Todos os gastos relacionados com essa providência correrão por conta da licitante.

## **8 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

Para participar do presente certame, a empresa proponente deverá apresentar a documentação abaixo mencionada:

### **8.1 – Regularidade Jurídica**

**8.1.1** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**8.1.2** Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores.

**8.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**8.1.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **8.2 – Regularidade Fiscal e trabalhista**

**8.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

**8.2.2** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**8.2.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

**8.2.4** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), fornecida pelo órgão competente da Justiça do Trabalho. De acordo com o § 2º do art. 642 – A da CLT, será aceita Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

**8.2.5** Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

**8.2.6** Certificado de Situação Regular perante o Sistema de Seguridade Social - INSS, ou prova de garantia em juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio.

**8.2.7** A pequena empresa deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.

**8.2.7.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de pequena empresa, assegurar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a devida e necessária regularização, contados a partir da data em que o proponente for declarado vencedor do certame, observando o disposto no art. 110 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**8.2.7.2** A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

**8.2.7.3** O prazo previsto no item **8.2.7.1**, poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.

**8.2.7.4** A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação, bem como na sujeição às sanções administrativas previstas neste edital.

### **8.3 – Qualificação Econômico-Financeira**

**8.3.1** Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, a no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inc. II do art. 31 da Lei Federal n.º 8.666/93, c/c os ditames da Lei Federal n.º 11.101/05.

### **8.4 – Qualificação Técnica**

**8.4.1** Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, específica(s) para os serviços referido no(s) Atestado(s), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) para ser(em) o(s) responsável (is) técnico(s) da obra/projeto, executou(aram) ou fiscalizou(aram) serviços que sejam compatíveis com o objeto deste Edital, inclusive em quantidade.

**8.4.2** Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da empresa Registro ou inscrição do responsável técnico da empresa na entidade profissional do detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedidas por esses Conselhos.

**8.4.3** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação dos seguintes documentos:

**8.4.3.1** Quanto à capacitação técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, em nome dos responsáveis técnicos e/ou dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos, elencados relativo à execução, envolvendo o serviço de elaboração de processo de segurança contra incêndio e pânico (PSCIP) em postos de combustíveis e realização de testes de estanqueidade, em tanques de combustíveis.

**8.4.3.1.1** A Certidão de Acervo Técnico – CAT de que trata o subitem anterior, expedida com base no Acervo Técnico Profissional, será exigida dos seguintes profissionais, legalmente habilitados, conforme Resoluções n.ºs 1.010/2005 e 1.025/2009, ambas do CONFEA e Resolução nº 93/2014 do CAU/BR.;

**a) Engenheiro Civil.**

**8.4.3.2** os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

**8.4.4** Registro ou inscrição do responsável técnico da empresa na entidade profissional competente.

**8.5** Comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, o(s) profissional(is) de nível superior detentor(es) de atestado(s) técnico(s) referido(s) no subitem 6.4.2.1.1. Esta comprovação deverá ser feita por meio da apresentação de Cópia dos seguintes documentos:

- Ficha de Registro de Empregados - RE, ou
- Folha do Livro de Registro de Empregados, ou
- Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado, no qual conste o nome do detentor do Atestado da Capacidade Técnica, ou
- Contrato de prestação de serviço.

**8.5.1** Caso a licitante opte pela cópia da folha do Livro de Registro de Empregados, deverá apresentar, no momento da licitação, o Livro original para autenticação pela CPL.

**8.6** Juntamente com os documentos referidos neste item, deverá ser apresentado para fins de habilitação, declaração de que não emprega trabalhadores menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, ou menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos termos do inc. V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93. A declaração deverá seguir o modelo constante do Anexo VI.

**8.6.1** Caso a proponente apresente para habilitação na presente licitação, o certificado de registro cadastral – cadastramento, em substituição a documentos exigidos, a empresa deverá declarar a inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme Anexo VII.

## **8.7 – Do Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF**

**8.7.1** O licitante poderá apresentar para habilitação na presente licitação, o certificado de registro cadastral – cadastramento, expedido pela Secretária de Estado de Planejamento e



Gestão (SEPLAG) em substituição aos documentos do item 8.1 ao subitem 8.3.1. Na hipótese dos documentos constantes do CAGEF estiverem com prazos vencidos, estes deverão ser apresentados com validade em vigor.

**8.7.1.1** O credenciamento não poderá ser utilizado como substituto de documentação de habilitação.

**8.7.2** Outros documentos exigidos nesta carta-convite, não contemplados no certificado, deverão ser apresentados, com a validade em vigor, na fase habilitatória do certame.

**8.7.3** Os documentos provenientes da "Internet" terão sua autenticidade certificada junto aos "sites" dos órgãos emissores, para fins de habilitação, se for o caso.

## **9. DA PROPOSTA COMERCIAL**

**9.1** A proposta de comercial (ENVELOPE Nº 2) deverá ser digitada, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, ocorrerem falhas que não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não que impeçam a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo V, desta CARTA-CONVITE, e deverá constar:

**9.1.1** O Nome da empresa licitante, endereço, número do CNPJ, data de abertura da licitação prevista neste Edital e assinatura do seu representante legal;

**9.1.2** PREÇO GLOBAL proposto pela empresa licitante em reais e por extenso;

**9.1.3** Prazo de validade da proposta (em algarismos e por extenso) que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da licitação, sob pena de desclassificação da licitante;

**9.1.4** Prazo da execução dos serviços (em algarismos e por extenso) conforme Projeto Básico, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela empresa Contratada, sob pena de desclassificação da licitante;

**9.1.5** Nomes do(s) responsável(is) técnico(s) e do representante legal da empresa licitante;

**9.1.6** PLANILHA DE QUANTITATIVOS, PREÇOS UNITÁRIOS E DESCRITIVA DE SERVIÇOS, na mesma ordem, numeração e descrição apresentada na planilha da CPL/CSC-PM, conforme Anexo III, com os preços propostos pela licitante, que, multiplicados pelas quantidades correspondentes e efetuado o somatório dos itens, resultarão no valor final da proposta a assinatura ou rubrica do representante legal da empresa.

**9.1.6.1** A empresa licitante deverá apresentar a sua própria planilha (não será aceita cópia xerográfica da planilha da CPL/CSC-PM), completa, com todos os serviços necessários à integral execução da, inclusive com a relação de materiais complementares (verificar relação constante do Anexo III deste Edital) e serviços que a acompanham, sob pena de desclassificação.

**9.2** Nos preços propostos deverão ser computados todos os materiais complementares (verificar relação constante do Anexo III desta carta-convite), equipamentos diversos, equipamentos de proteção individual, seguros, fretes, fornecimento de mão de obra, transporte de qualquer natureza, administração, encargos sociais e fiscais, lucros,

sinalização através de placas indicativas, e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto desta licitação.

**9.3** Após o encerramento do prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou esclarecimentos às propostas, salvo expressa solicitação da CPL do CSC-PM.

#### **9.4 - DA CORREÇÃO DE ERROS DAS PROPOSTAS**

**9.4.1** As propostas consideradas classificadas serão verificadas pela CPL/CSC-PM, quanto a erros aritméticos, na sua computação ou em seu somatório. Os erros serão corrigidos pela Comissão Permanente de Licitação da seguinte maneira:

**9.4.2** Se existir discrepância entre os valores em algarismos e por extenso estes últimos prevalecerão; e

**9.4.3** Se existir discrepância no resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, a menos que seja verificada pela CPL/CSC-PM a existência de erro grosseiro e óbvio, caso em que a proposta será considerada desclassificada.

**9.5** O valor estabelecido na proposta será ajustado pela CPL/CSC-PM, para correção de erros, de acordo com os procedimentos acima mencionados, com a anuência da proponente e descrição do ocorrido em Ata.

#### **10 - DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1** No dia, hora e local mencionados no item 5.1.1, será realizada a sessão pública para o recebimento e a abertura dos envelopes de documentação e da proposta de preços;

**10.2** Os proponentes que se interessarem em participar do certame deverão enviar um representante à CPL. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, a CPL declarará aberta a sessão pública, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta comercial, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados;

**10.3** Durante a sessão, os representantes das proponentes serão consultados pelo presidente da CPL para que se pronunciem sobre a intenção, ou não, de interpor recurso contra a sua inabilitação ou contra a habilitação de outras proponentes. Deverá se manifestar, de forma expressa, sobre a desistência em fazê-lo.

#### **10.4 ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**10.4.1** Será procedida a abertura dos ENVELOPES Nº 01 dos proponentes credenciados e será procedida análise da documentação exigida no Item 8 a 8.7, deste instrumento convocatório, pela CPL e demais proponentes presentes na Sessão Pública;

**10.4.2** Será procedida a devolução dos ENVELOPES Nº 02, sem abrir, aos licitantes que tenham sido inabilitados, desde que tenha sido manifestada a renúncia expressa, por parte de todos os concorrentes, do direito de interpor recurso contra a decisão da CPL que habilitou e/ou inabilitou participantes.

## **10.5 - ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS COMERCIAIS**

**10.5.1** Somente serão abertos os ENVELOPES Nº 2 dos licitantes considerados habilitados, desde que tenha ocorrido desistência expressa, por parte de todos os concorrentes, do direito de interpor recurso contra a decisão que habilitou ou inabilitou licitantes;

**10.5.2** As Propostas Comerciais serão analisadas verificando se estão em conformidade com todas as especificações e condições estabelecidas nesta CARTA-CONVITE e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

**10.6** Suspensão dos trabalhos, na hipótese de não haver desistência expressa, por parte de todos os concorrentes do direito de interpor recurso contra a decisão da CPL que habilitou ou inabilitou licitantes, assegurando o prazo de 02 (dois) dias úteis para possível interposição de recurso.

**10.7** Não será admitida, sob qualquer pretexto, a modificação ou substituição de qualquer documento constante dos ENVELOPES Nº 1 e/ou 2 após a sua entrega à CPL.

**10.8** Ao final dos trabalhos será lavrada a competente “Ata Circunstanciada” da Sessão Pública do CONVITE, subscrita pelos membros da CPL, pelas licitantes, da qual deverão constar: a data, hora e local da sessão; nomes dos membros da Comissão Permanente de Licitações, nomes dos licitantes habilitadas; menção dos motivos de eventuais inabilitações; os valores totais das propostas e quaisquer ocorrências relevantes que interessarem ao julgamento das propostas. Será, ao final, assinada por todos os presentes.

## **11- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**11.1** A CPL procederá ao exame e julgamento das Propostas Comerciais das LICITANTES HABILITADAS.

**11.2** O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do § 1º, inc. I, do art. 45 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**11.3** Será classificada em 1º (primeiro) lugar, a licitante que oferecer o menor preço para a execução do serviço, objeto desta licitação.

**11.4** A Comissão verificará se as propostas atendem às condições estabelecidas nesta CARTA-CONVITE e nos seus anexos, desclassificando as que não satisfizerem às exigências no todo ou em parte.

**11.5** A CPL/CSC-PM, ao proceder ao exame das propostas comerciais, DESCLASSIFICARÁ o licitante de imediato, apresentando a motivação da decisão, àquelas que:

**11.5.1** apresentem PREÇOS GLOBAIS que ultrapassem o valor máximo estipulado no subitem 3.1 deste instrumento convocatório;

**11.5.2** tenham inobservado a legislação e termos deste instrumento convocatório;

**11.5.3** apresentem rasuras, entrelinhas, emendas ou ainda linguagem que dificulte a exata compreensão de seu enunciado;

**11.5.4** não atendam às condições estipuladas nos arts. 44 e 45 da Lei Federal n.º 8.666/93;

**11.5.5** tenham os preços considerados “inexequíveis” de acordo com o art. 48, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**11.6** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a CPL, a seu critério, poderá propor a revogação do processo licitatório ou fixar aos licitantes, com a devida anuência destes, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas do vício que lhe deu causa.

**11.7** As propostas que atenderem às condições previstas nesta CARTA-CONVITE e seus Anexos, serão ordenadas e classificadas em ordem crescente, segundo os preços totais propostos.

**11.8** Em igualdade de condições, em caso de empate, o critério de desempate será o sorteio, que será realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão prévia e expressamente convidadas.

**11.9** A CPL deverá lavrar a ata de julgamento, constando a classificação das propostas e a menção dos motivos de possíveis desclassificações; a indicação da proposta vencedora; o valor total da proposta; prazo e demais condições apresentadas, concluindo com a adjudicação do objeto da licitação à empresa proponente vencedora do certame.

**11.10** Os licitantes serão intimados do resultado do Julgamento das Propostas através de publicação do ato no Diário Oficial do Estado, "Minas Gerais", para efeito de possível interposição de Recurso Administrativo.

**11.11** Em cumprimento aos preceitos legais do art. 44, § 1º, da Lei Complementar Federal n.º 123/06, após a abertura das propostas, caso a empresa classificada na ordem subsequente seja microempresa ou empresa de pequeno porte e o valor de sua proposta esteja no intervalo percentual igual ou até 10% superior à proposta melhor qualificada, esta terá o prazo de vinte e quatro horas, contado a partir da data de recebimento da notificação efetuada pela CPL, ou imediatamente após o término da sessão de julgamento das propostas comerciais, para apresentar nova proposta cobrindo o preço da proposta inicialmente vencedora, sendo-lhe assegurada a adjudicação do objeto a seu favor.

## **12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1** Das decisões relacionadas com este CONVITE caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

**12.2** Os recursos atinentes à habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação desta licitação, serão dirigidos ao ordenador de despesas do CSC-PM, por intermédio do Presidente da CPL, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da intimação da lavratura da respectiva ata de julgamento.

**12.3** Caberá representação, no prazo de 02 dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico, dirigido à autoridade que praticou o ato a ser reconsiderado.

**12.4** Caberá impugnação do recurso pelos demais licitantes no prazo de 02 (dois) dias úteis nos termos do art. 109, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**12.5** Qualquer recurso ou pedido de reconsideração deverá ser protocolizado, exclusivamente, no protocolo da própria CPL/CSC-PM, na Seção de Licitações e Contratos do CSC-PM, sito na Av. Amazonas, n.º 6.745, Bairro Gameleira, nesta capital, entrada pelo 5º BPM, em horário de expediente administrativo, de segunda a sexta-feira de 08h30 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, à exceção da quarta-feira, que será de 08h30 às 13h00.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** A adjudicação do objeto da presente licitação será feita à licitante vencedora, consubstanciada na Ata de Julgamento da Proposta;

**13.2** Decorrido o prazo para interposição de recurso em face do resultado do julgamento, nenhum tendo sido interposto, ou, julgados os que acaso tenham sido postulados, o Ordenador de Despesas, homologará o resultado da licitação, podendo, observado o disposto no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, revogá-la ou anulá-la;

## **14 - DO CONTRATO**

**14.1** Encerrado o procedimento licitatório, representante legal da proponente vencedora será convocado para firmar o termo de Contrato ou instrumento equivalente.

**14.1.1** O contrato obedecerá ao modelo disposto no Anexo IV.

**14.2** Farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição:

**14.2.1** A CARTA-CONVITE da licitação;

**14.2.2** A proposta vencedora desta licitação;

**14.2.3** A planilha de quantitativos e custos unitários da adjudicatária;

**14.3** O ajuste contratual, durante a sua vigência, poderá sofrer alterações, nas condições previstas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Contratada estará obrigada a aceitar os acréscimos e supressões julgadas necessárias pela Administração Pública;

**14.4** Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do inciso II, §1º, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, a contratada se obriga a comunicar, por escrito, à CPL a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação.

**14.4.1** Findos os motivos que determinaram a força maior ou caso fortuito, o contrato estender-se-á por período de tempo necessário à total execução dos trabalhos, porém não superior ao número de dias que foram paralisados, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

**14.5** Todas as despesas inerentes ao contrato correrão por conta da contratada, conforme relação do Anexo III deste instrumento convocatório;

**14.6** O regime de execução do serviço será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**;

**14.7** O adjudicatário, para a assinatura do contrato, deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para sua habilitação.

**14.8** Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do Contrato, ou se recuse a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, sujeitando-se ao Processo Administrativo Punitivo.

**14.9** O representante legal da proponente vencedora deverá assinar o Contrato, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação da CONTRATANTE, que será enviada por intermédio de fax ou correio eletrônico.

**14.10** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, será analisada e apresentada antes do decurso do prazo citando no subitem anterior e deverá estar devidamente fundamentada.

**14.11** A empresa CONTRATADA deverá encaminhar ao CSC-PM no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, sob pena de rescisão contratual, a cópia da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme exigido pelo CREA.

## **15. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**15.1** Poderá ocorrer a rescisão do contrato, a ser celebrado em face do resultado da presente licitação, independentemente de ação ou interpelação judicial, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93;

**15.2** Configurada a rescisão do contrato, que vigorará à partir da data de sua comunicação à Contratada, esta se obriga a entregar os serviços inteiramente desembaraçados, não criando obstáculos de qualquer natureza.

**15.3** Havendo rescisão do contrato, a Contratante pagará à Contratada, somente os trabalhos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, deduzindo-se do seu valor os débitos apurados a favor da Contratante.

## **16. DOS RISCOS DA CONTRATADA**

Todos os riscos de perdas e danos relativos à propriedade física e de acidentes pessoais e/ou morte que ocorram durante a execução do contrato e em consequência de tal execução, excetuando-se os riscos constantes da legislação brasileira, são de responsabilidade da contratada.

## **17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**17.1** A contratada deverá prestar garantia de execução do serviço, até o ato de assinatura do contrato, na **quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual**, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei Federal n.º 8.666/93;

**17.1.1** A garantia deverá ser apresentada à Seção de Orçamento e Finanças – SOFI, do CSC-PM, sito na Av. Amazonas, n.º 6.745, Bairro Gameleira, nesta capital, entrada pelo 5º BPM, em horário de expediente administrativo, de segunda a sexta-feira de 08h30 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, à exceção da quarta-feira, que será de 08h30 às 13h00;

**17.2** A garantia de execução responderá pelo inadimplemento das obrigações assumidas, sem prejuízo das multas legais aplicadas à contratada em razão da execução do contrato;

**17.3** A garantia de execução deverá ser atualizada quando das alterações no contrato;

**17.4** A garantia será liberada após o cumprimento total do contrato e o recebimento definitivo do serviço pela Administração Pública.

## **18. NORMAS AMBIENTAIS**

**18.1** A empresa a ser contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto;

**18.2** A contratada responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação vigente;

**18.3** Os prejuízos causados por embargos pelo órgão de controle ambiental, devido a danos decorrentes da execução dos serviços, serão de responsabilidade da Contratada, bem como os autos de infração lavrados que gerarem pagamentos de multas.

## **19 – PAGAMENTO**

**19.1** Ao final da execução do serviço, a empresa deverá encaminhar ao preposto do contrato, planilha de medição dos serviços realizados que será avaliada pela CPARM do CSC-PM, em conjunto com a Seção de Engenharia e Projetos da DAL que aprovará, ou não, os valores apontados como realizados.

**19.1.1** De posse do documento que indica o valor mensurado pela Administração Pública, a empresa deverá emitir NOTA FISCAL da execução total, que será paga em até 30 (trinta dias) corridos do recebimento dessa pela Administração Pública, o pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI/MG), a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado.

**19.1.2** Na ocorrência da necessidade de providências complementares por parte de empresa vencedora do certame, o decurso do prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida a atualização financeira.

**19.2** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro-rata temporis” do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente.

**18.4** As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº **1251.06.181.110.4271.0001.339039.21, na fonte de recurso 10 e 60.1**, bem como nas demais dotações e fontes de recursos previstas no **PARO 2019**, correspondentes ao objeto licitado, neste exercício.

## **20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, ou ainda, o atraso injustificado na execução do serviço, sujeitará o contratado às penalidades previstas no artigo 38 do Decreto Estadual n.º 45.902/12, em conformidade com os artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

**I - ADVERTÊNCIA ESCRITA**, comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

**II – MULTA MORATÓRIA**, pelo atraso injustificado na execução do contrato, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

b) 20% sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;

**III – MULTA COMPENSATÓRIA**, pela inexecução total ou parcial do contrato, de até 20% sobre o valor das etapas da ou serviços não realizados, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor, ou, ainda, fora das especificações contratadas;

**IV - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, nos termos e prazos do art. 6º da Lei Estadual n.º 13.994/01, c/c o art. 47 do Decreto Estadual n.º 45.902/12;

**V - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a

Administração pelos prejuízos resultantes de sua ação omissão, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

**V** - as penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no Contrato.

**VI** - a pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, conforme disposto no § 4º do art. 38 do Decreto Estadual n.º 45.902/12;

**VII** - O valor da multa aplicada deverá ser pago pela contratada por meio de emissão de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), providência esta antecedida de Processo Administrativo Punitivo (PAP), com oferta de oportunidade de exercício dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

**VIII** - O valor da multa aplicada será corrigido monetariamente por meio da taxa SELIC, a partir da constituição em mora da contratada, após a data de vencimento do DAE. Neste caso, novo DAE com o valor corrigido será emitido para fins de cobrança administrativa.

**IX** - Caso o pagamento da multa não seja realizado até o vencimento do DAE emitido por ocasião da cobrança administrativa, o valor poderá ser descontado de eventuais pagamentos ainda não efetuados pela contratante em favor da contratada.

**X** - O valor da multa poderá, ainda, ser cobrado judicialmente.

**XI** - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

**XII** - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

**XII** - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do bem for devidamente justificado pela contratada e aceito pela contratante que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**XIII** - A contratada será incluída no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CAFIMP), após processo administrativo conclusivo pela aplicação da sanção, quando conduta dela se enquadrar nas situações previstas nos arts. 45 e 46 do Decreto Estadual n.º 45.902/12.

## **21 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES**

**21.1** O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e em Contrato e das demais cominações legais.

## **22. DA INTERPRETAÇÃO DO EDITAL**

**22.1** Os serviços a serem executados são os descritos nos projetos, especificações, detalhes e planilha de serviços e materiais, memorial descritivo e ordens de serviço;

**22.2** Fica entendido que os projetos, as especificações, a planilha de serviços e materiais e toda a documentação relativa ao processo licitatório são complementares entre si, de modo



que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro, será considerado como especificado e válido;

**22.3** A licitante deverá orçar os serviços necessários à integral execução do Serviço;

**22.4** Para efeito de contratação prevalecerá o “MENOR PREÇO GLOBAL” e o mesmo corresponderá ao valor total a ser pago pela execução integral do serviço e fornecimento de materiais, em conformidade com os projetos e especificações fornecidas pela Seção de Engenharia da Diretoria de Apoio Logístico da PMMG, partes integrantes deste Edital;

**22.5** Não caberá, portanto, qualquer reivindicação por parte da futura Contratada, com fundamento em erro de cálculo, e/ou de quantidade de serviços e/ou de preços, entendendo-se obrigado a Licitante a executar o serviço pelo PREÇO GLOBAL OFERTADO.

## **23 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1** No prazo de 05 (cinco) dias úteis anterior a data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, qualquer cidadão poderá impugnar este ato convocatório, nos termos do § 1º do artigo 41 da Lei Federal n.º 8.666/93, portanto, esta carta-convite deverá ser lida e interpretada na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**23.2** Decairá do direito de impugnar os termos deste instrumento convocatório o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**23.3** A proponente poderá, em caso de dúvida, quer seja de caráter técnico ou legal, na interpretação desta carta-convite, consultar a CPL do CSC-PM, ou a Seção de Engenharia da DAL, situados na Av. Amazonas n.º 6.745, Bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG, no horário de 08h30 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, e às quartas-feiras, no horário de 08h30 às 12h30, podendo, também, a consulta ser feita via Fax, através dos n.ºs (31) 2123-1039 ou 2123-1083, ou pelo e-mail [cmi-licitacao@pmmg.mg.gov.br](mailto:cmi-licitacao@pmmg.mg.gov.br).

**23.4** Somente serão respondidas as consultas formalizadas por escrito, encaminhadas até 2 (dois) dias úteis antes da data de entrega da documentação.

**23.5** Os esclarecimentos solicitados serão prestados por e-mail, a quem solicitou e serão disponibilizados no site: [www.policiamilitar.mg.gov.br](http://www.policiamilitar.mg.gov.br), link: “licitações”, sem identificação dos seus autores, para conhecimento público.

**23.6** Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas de preços como dos documentos de habilitação apresentados na sessão de julgamento.

**23.7** É facultado à CPL ou à autoridade superior (ordenador de despesas), em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

**23.8** Constatada que as informações prestadas pela licitante não são verídicas, serão aplicadas as penalidades legais;

**23.9** É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão de abertura de envelopes, devendo manifestar-se, se for de seu interesse, antes da abertura dos envelopes das propostas.

**23.10** - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**23.11** A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

**23.12** A CPL no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**23.13** Antes de formularem suas propostas, as licitantes deverão verificar a especificação minuciosa dos materiais a que se propuserem oferecer, devendo solicitar esclarecimentos em caso de dúvida a respeito deste Edital ou qualquer documento pertinente;

**23.14** Informações complementares sobre a presente licitação, se necessárias, serão prestadas pela CPL, no horário de 08h30 às 12h00 ou de 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, exceto às quartas-feiras, quando o horário será de 08h30 às 13h00, pelo telefax n.º (31) 2123-1039 (Seção de Licitações e Contratos do CSC-PM) e pelo Fax n.º (31) 2123-1023 (Seção de Engenharia da DAL) ou no e-mail: [cmi-licitacao@pmmg.mg.gov.br](mailto:cmi-licitacao@pmmg.mg.gov.br).

Belo Horizonte/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Examinado, aprovado e de acordo:

Andréa D.Janhzen Mendes, Ten Cel PM  
**Ordenadora de Despesas do CMI**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO**

Conforme documento disponibilizado anexo ao Edital

**ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO**  
**Conforme documento disponibilizado anexo ao Edital**

**ANEXO III – PLANILHA DE SERVIÇOS E MATERIAIS**  
**Conforme documento disponibilizado anexo ao Edital**

**ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO nº \_\_\_\_/2019      COMPRAS nº \_\_\_\_**

Contrato de serviço que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Motomecanização e Intendência e a empresa \_\_\_\_\_, na forma ajustada.

Contrato de serviço originário do **Processo de Compra nº 59/2019 (Convite nº 02/2019)**, para contratação de empresa de arquitetura/engenharia para fornecimento de materiais e execução de serviço de engenharia para implantação do Projeto de Prevenção e Combate Incêndio e Pânico dos Galpões do CMI, CEDEC, CTS e Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais, conforme especificações, condições comerciais e demais informações descritas no projeto básico e na planilha de quantitativos e preços unitários. O presente contrato será regido pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pela Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, e pelo Decreto Estadual 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

**Cláusula Primeira – Das Partes**

CONTRATANTE: Estado de Minas Gerais/Centro de Motomecanização e Intendência da Polícia Militar

Endereço: Av. Amazonas, n.º 6.745, Bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG

CNPJ:

Representante Legal:

Nº Polícia                      e                      CPF nº

CONTRATADA:

Endereço:

CNPJ:    Inscrição Estadual:

Representante Legal:

Telefax:    E-mail:

RG nº                      e                      CPF nº

## **Cláusula Segunda - DO OBJETO**

**2.1.** Este contrato tem por objeto, a contratação de empresa de arquitetura/engenharia para fornecimento de materiais e execução de serviço de engenharia para implantação do Projeto de Prevenção e Combate Incêndio e Pânico dos Galpões do CMI, CEDEC, CTS e Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais, conforme especificações, condições comerciais e demais informações descritas no projeto básico e na planilha de quantitativos e preços unitários, constantes dos Anexos I a III da carta-convite n.º 02/2019.

**2.2.** Os trabalhos, objeto deste Contrato, serão desenvolvidos de acordo com o Edital de Licitação e a Proposta da Contratada que da mesma forma integram este Instrumento.

## **Cláusula Terceira – DO PREÇO**

O preço global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) no qual já estão incluídos todos os impostos, tributos, taxas, fretes e transportes, encargos sociais e demais despesas para a execução de serviços, conforme planilha descritiva de serviços.

## **Cláusula Quarta - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**I** - A contratada deverá prestar garantia de execução do serviço, até o ato de assinatura do contrato, na **quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual**, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei Federal n.º 8.666/93;

**II** - A garantia deverá ser apresentada à Seção de Orçamento e Finanças – SOFI, do CSC-PM, sito na Av. Amazonas, n.º 6.745, Bairro Gameleira, nesta capital, entrada pelo 5º BPM, em horário de expediente administrativo, de segunda a sexta-feira de 08h30 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, à exceção da quarta-feira, que será de 08h30 às 13h00;

**III** - A garantia de execução responderá pelo inadimplemento das obrigações assumidas, sem prejuízo das multas legais aplicadas à contratada em razão da execução do contrato;

**IV** - A garantia de execução deverá ser atualizada quando das alterações no contrato;

**V** - A garantia será liberada após o cumprimento total do contrato e o recebimento definitivo do serviço pela Administração Pública.

## **Cláusula Quinta - DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

A CONTRATADA obriga-se a executar o serviço citado na Cláusula Segunda e na Cláusula Terceira, no endereço indicado no Anexo I do instrumento convocatório, no prazo **máximo de 60 (sessenta) dias úteis**, contados após o recebimento da nota de empenho, visando a assegurar o seu pleno uso, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste contrato.

**I** – A entrega final do serviço deverá ser realizada perante a CPARM designada pela CONTRATANTE para tal fim, que adotará os seguintes procedimentos:

**a)** provisoriamente: de posse dos documentos apresentados pela CONTRATADA e de uma via do contrato e da proposta respectiva, receberá os bens/serviços para verificação de especificações, quantidade, qualidade, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela CONTRATADA, ou aprovando, receberá provisoriamente os bens, mediante recibo;

**b)** definitivamente: no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados após o recebimento provisório para a verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos da Carta-Convite e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal, em conformidade com as normas internas da Contratante.

**II** – O não cumprimento do contrato no que se refere ao objeto em conformidade com as especificações constantes do instrumento convocatório, obriga a CONTRATADA a providenciar sob suas expensas os reparos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da notificação, ficando o pagamento suspenso até a efetiva e regular entrega do objeto em condições de ser aceito.

**III** - Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CPARM reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à AUTORIDADE CONTRATANTE para aplicação de penalidades.

**IV** - Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas em lei e neste instrumento.

#### **Cláusula Sexta - DA GARANTIA**

A CONTRATADA assegura garantia da prestação de serviço objeto deste contrato, dentro do período 05 (cinco) anos, a partir do recebimento definitivo do serviço, independentemente, da vigência deste ajuste.

#### **Cláusula Sétima – DA MEDIÇÃO e PAGAMENTO**

Após as medições que serão realizadas após o fornecimento dos serviços previstos, o pagamento será efetuado pela Polícia Militar de Minas Gerais depois da análise das planilhas apresentadas pela contratada, conferência dos serviços executados no local e elaboração de parecer técnico emitido por profissional competente da Seção de Engenharia e Arquitetura em apoio ao preposto do contrato e Comissão Permanente de Avaliação e Recebimento de Materiais (CPARM) do Centro de Serviço Compartilhado (CSC-PM), no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento definitivo dos serviços e aceite pela Comissão Permanente de Avaliação e Recebimento de Materiais (CPARM), a crédito do beneficiário em instituição financeira credenciada pelo Estado, em agência e conta bancária indicada pela contratada em sua proposta e na Nota Fiscal, se não houver outro prazo estabelecido no Anexo I, de acordo com o art. 1º do Decreto Estadual nº 40.427/99.

**§ 1º** Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do serviço o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.

**§ 2º** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro-rata tempore” do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

**§ 3º** Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.



**§ 4º** Em nenhuma hipótese, a Contratada terá direito ao pagamento de serviços que executar em virtude de ordens verbais

### **Cláusula Oitava - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrente desta licitação correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias: **1251 06 181 110 4271 0001 339039 21** na fonte de recurso **10 e 60.1**, bem como nas demais dotações e fontes de recursos previstas no PARO 2019 correspondentes ao objeto licitado.

### **Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES**

Constituem obrigações das partes:

#### **I - Da CONTRATADA**

- a)** prestar o serviço objeto deste ajuste, quando solicitado, de acordo com os prazos estabelecidos nos Anexos I a III do instrumento convocatório, contados a partir do recebimento da Nota de empenho;
- b)** observar para transporte, quando necessário, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.;
- c)** fornecer, juntamente com a entrega do serviço, toda a sua documentação fiscal e técnica;
- d)** responsabilizar-se por todos os ônus relativos à execução do serviço a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- e)** cumprir, durante toda a execução do contrato, as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f)** providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE;
- g)** responsabilizar-se pela assistência técnica e manutenção gratuita durante o período de garantia, ainda que a referida assistência técnica e manutenção sejam prestadas por outra empresa, conforme declarado na proposta da CONTRATADA;
- h)** arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;
- i)** aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;
- j)** responsabilizar-se, com foros de exclusividade, pela observância a todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere aos seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE. Caso este seja chamado a juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarcir-lo do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.
- l)** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço executado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

m) Observar e cumprir fielmente o previsto no Termo de Referência e em especial o item 4.7.

## **II - Da CONTRATANTE**

- a) comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinando-lhe prazo para que a regularize, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratualmente previstas;
- b) promover o recebimento provisório e o definitivo nos prazos fixados;
- c) fiscalizar a execução do contrato, através de agente previamente designado, do que se dará ciência à CONTRATADA;
- d) assegurar ao pessoal da CONTRATADA livre acesso às instalações para a plena execução do contrato;
- e) efetuar o pagamento no devido prazo fixado na Cláusula Sexta deste Contrato.

## **Cláusula Décima - DAS PENALIDADES**

O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, ou ainda, o atraso injustificado na execução do objeto, sujeitará o CONTRATADO às penalidades previstas no artigo 38 do Decreto Estadual n.º 45.902/12, em conformidade com os artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

**I - ADVERTÊNCIA ESCRITA**, comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

**II – MULTA MORATÓRIA**, pelo atraso injustificado na execução do contrato, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;

**III – MULTA COMPENSATÓRIA**, pela inexecução total ou parcial do contrato, de 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor, ou, ainda, fora das especificações contratadas;

**IV - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, nos termos e prazos do art. 6º da Lei Estadual n.º 13.994/01, c/c o art. 47 do Decreto Estadual n.º 45.902/12;

**V - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua ação omissa, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

**VI -** As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no Contrato.

**VII** - A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, conforme disposto no § 4º, do art. 38, do Decreto estadual n.º 45.902/12;

**VIII** - O valor da multa aplicada deverá ser pago pela CONTRATADA por meio de emissão de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), providência esta antecedida de Processo Administrativo Punitivo (PAP), com oferta de oportunidade de exercício dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

**IX** - O valor da multa aplicada será corrigido monetariamente por meio da taxa SELIC, a partir da constituição em mora da CONTRATADA, após a data de vencimento do DAE. Neste caso, novo DAE com o valor corrigido será emitido para fins de COBRANÇA ADMINISTRATIVA.

**X** - Caso o pagamento da multa não seja realizado até o vencimento do DAE emitido por ocasião da COBRANÇA ADMINISTRATIVA, o valor poderá ser descontado de eventuais pagamentos ainda não efetuados pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA.

**XI** - O valor da multa poderá, ainda, ser cobrado judicialmente.

**XII** - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

**XIII** - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes;

**XIV** - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do bem for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**XV** - A CONTRATADA será incluída no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, após processo administrativo conclusivo pela aplicação da sanção, quando a sua conduta se enquadrar nas situações previstas nos arts. 45 e 46 do Decreto Estadual n.º 45.902/12.

### **Cláusula Décima Primeira - DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução deste contrato será exercida pelo **Tenente adjunto da Seção de Manutenção Mecânica do CMI**, ao qual competirá velar pela perfeita exatidão do pactuado, em conformidade com o previsto no edital, na proposta da CONTRATADA e neste instrumento. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do contrato, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**§ 1º** - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do ajuste, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aqueles provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

**§ 2º** - A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os bens objeto do fornecimento ora contratado, caso os mesmos afastem-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

#### **Cláusula Décima Segunda – DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá seu prazo de vigência até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, a partir de sua assinatura, sem prejuízo do prazo de Garantia, constante da Cláusula Quinta.

#### **Parágrafo Primeiro - DA ALTERAÇÃO**

O presente Contrato, durante seu período de vigência, poderá sofrer alterações contratuais, bem como acréscimos e supressões, mediante termo aditivo, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

#### **Cláusula Décima Terceira - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Das decisões proferidas pela Administração caberão:

**I** - Recurso, por escrito, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária, multa ou rescisão do contrato;

**II** – Representação, por escrito, no prazo de 02 (dois) dias úteis da intimação da decisão, de que não caiba recurso hierárquico;

**III** – Pedido de Reconsideração, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

**Parágrafo Único** - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato ocorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade competente, devendo, neste caso a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

#### **Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos. I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e, amigavelmente, nos termos do artigo 79, inc. II, c/c o art. 78 da mesma Lei.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

#### **Cláusula Décima Quinta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**I** - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

**II** - É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.

#### **Cláusula Décima Sexta - DA PUBLICAÇÃO**

A CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato na Imprensa Oficial em forma resumida, em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Cláusula Décima Sétima- DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste contrato, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este contrato que, depois de lido e achado de acordo, será assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, dele extraídas as necessárias cópias que terão o mesmo valor original.

**Belo Horizonte/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.**

CONTRATANTE (Nome completo, CPF e RG)	CONTRATADA (N Nome completo, CPF e RG)
FISCAL do CONTRATO (Nº PM)	TESTEMUNHA (Nome completo, CPF e RG)

**ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE	
Razão Social			
CNPJ			
Endereço			
Telefone/Fax			
E-mail			
Nome do Signatário para assinar			
Identidade do Signatário			
CPF do Signatário			
<b>LOTE ÚNICO</b>			
<b>Lote Único:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA/ENGENHARIA DESTINADA _____	DE DE A	Valor Global do serviço	R\$
Prazo de Validade da Proposta			
Prazo de execução dos serviços			
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.			
Dados bancários:	Agência:	Conta:	Banco:

**ANEXO - VI – MODELO DE DECLARAÇÃO MENORES**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ  
sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante  
legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade  
n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_**DECLARA**, para fins do disposto no inc. V do  
art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, que não emprega trabalhadores menores de dezesseis  
anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, ou menores de dezoito  
anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

\_\_\_\_\_  
(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)  
(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra)

**DECLARAÇÃO**

..... (nome da empresa) ....., inscrita no CNPJ sob o n.º  
....., sediada ..... (endereço completo) ....., por  
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da  
Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º .....  
**DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para  
sua habilitação no CONVITE N.º 02/2019, destinado à execução de

\_\_\_\_\_ e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências que,  
posteriormente, vierem a ocorrer.



**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

**DECLARAÇÃO**

**DECLARO**, para atender às exigências da Carta-Convite n.º 02/2019, destinada à \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, que o  
Engenheiro \_\_\_\_\_, CREA n.º \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, Responsável Técnico da Empresa  
\_\_\_\_\_, compareceu ao local do serviço em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/2019, onde tomou conhecimento de todas as informações e das condições  
locais para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com  
o inciso III do artigo 30 da Lei Federal n.º 8.666/93.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE CREDENCIADO DA PMMG)



DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO E INTENDÊNCIA

**ANEXO IX – MODELO DE CREDENCIAMENTO**

(Modelo de Credencial/Indicação de Representante)

**Razão Social:**

**Endereço :**

**Inscrição Estadual:**

**C.N.P.J:**

**Ref.: CARTA- CONVITE N.º 02/2019 – CMI**

**C R E D E N C I A L**

Pelo presente instrumento credenciamos o Sr.(a)....., inscrito no CPF sob o n.º....., portador da Carteira de Identidade n.º....., como preposto desta empresa junto à CPL, para acompanhamento dos trabalhos e com poderes para interpor recursos ou desistir de fazê-lo.

Belo Horizonte/MG,                      de    de 2019.

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa